

O DITO NO INDIZÍVEL DO SILÊNCIO DE *ÁGUA VIVA*

*Adriane Cherpinski Koch*¹

Resumo

O propósito deste estudo é estabelecer aproximações das reflexões da obra *Água Viva* (1973) de Clarice Lispector (1920-1977) com a Análise do Discurso, na perspectiva daquilo que não alcança ser dito, mas é constitutivo do dito: o silêncio. Pretende-se demonstrar a incapacidade do sujeito de se expressar pela linguagem, originando o silêncio que é constitutivo do indizível, e, por isso mesmo, funcionando nas formações ideológicas do leitor como um silêncio que fala, que diz de diferentes formas conforme a interpretação do interlocutor.

Palavras-chave: Silêncio; Sentido; Clarice Lispector.

THE INDIVIDUAL TELLING OF THE SILENCE OF WATER VIVA

Abstract:

The purpose of this study is to establish approaches Reflections artwork Bright Water (1973) by Clarice Lispector (1920-1977) with the Discourse Analysis, in view of what reaches not be said, but is constitutive of said: silence. It is intended to demonstrate the inability of the subject to express themselves through language, giving the silence that is constitutive of the unspeakable, and, therefore, working in the ideological formations of the reader as a silence that speaks, saying in different ways according to the interpretation of interlocutor.

Keywords: Silence. Sense. Clarice Lispector.

¹ Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Graduada e Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Docente efetiva de Língua Portuguesa na Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED).

(...) *Era Clarice bulindo no fundo mais fundo,
onde a palavra parece encontrar
sua razão de ser, e retratar o homem. (...)*

(Carlos Drummond de Andrade)

INTRODUÇÃO

O fragmento do poema drummondiano que abre este texto foi gestado pelo grande amigo especialmente para Clarice Lispector (1920-1977), por ocasião de sua morte. De antemão, o poema demonstra uma das principais características das obras de Clarice: a reflexão sobre a linguagem em busca da expressão da condição humana.

Desde o seu primeiro romance - *Perto do Coração Selvagem* – até o último, considerado por diversos estudiosos como o auge da maturidade da escritora – *A hora da estrela* – Clarice Lispector envolve seus personagens em enredos permeados pelo intimismo e pela constante reflexão sobre a linguagem.

Da extensa lista de obras literárias de Clarice Lispector, propõe-se abordar *Água Viva* (1973), o qual, por meio de uma translucidez, conduz a debates sobre a condição humana. A presente abordagem busca articular a literatura no viés da linguística por meio da Análise do Discurso, evidenciando assim o processo de assujeitamento do sujeito pela linguagem, atravessado pelo simbólico no mundo por meio da história e formações ideológicas. Pretende-se demonstrar a incapacidade de o sujeito expressar-se pela linguagem, originando o silêncio que é constitutivo do indizível, e, por isso mesmo, funcionando nas formações ideológicas do leitor como um silêncio que fala, que diz de diferentes formas.

A representação de mundo por meio da literatura faz *Água viva* questionar a relação da própria literatura com a realidade. Tais reflexões sobre a linguagem se

Revista Voos Polidisciplinar, Guarapuava (PR), v.8, n. 1, jan/jun, p. 66-78, 2021

ISSN: 1808-9305

aproximam dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, tornando assim o texto de *Água Viva* uma expressão clara do discursivo.

Lisboa (2008, p. 110) entende que Clarice Lispector “leva a linguagem até as suas bordas, até aquilo que ela não alcança; nos dá com isso o indizível, ou o silêncio.” Isto, para Orlandi (2002) é o real do discurso, ou seja, a impossibilidade de dizer tudo, o real da língua, o impossível de ser dito, onde a equivocidade é constitutiva da ordem do simbólico.

Dessa forma, este texto busca estabelecer aproximações das reflexões de *Água viva* com a AD, na perspectiva daquilo que não alcança ser dito, mas é constitutivo do dito.

O INDIZÍVEL DITO NO SILÊNCIO

As palavras, assim que registradas por meio da escrita, constituem um caminho que não existia antes e nem continuará existindo depois: é o instante presente, buscado insistentemente em *Água viva*. Trata-se de uma história que se desdobra em histórias, cindidas por comentários reflexivos com uma visão indagadora ou meditação visual sobre as coisas, buscando captar-lhes o modo de ser para inscrevê-las na matéria fugidia da palavra escrita.

Embora aparente ter sido gestado num impulso só, o texto de *Água viva* passou por uma cuidadosa elaboração. Lispector escreveu-o de forma fragmentada em pequenos papéis; guardou-os até sentir que o livro estava terminado. Em sua primeira versão, *Água viva* possuía mais de duzentas páginas. À medida que Clarice submetia o texto aos conselhos dos primeiros leitores, suas páginas foram reduzidas a menos de cem.

Assim como as demais publicações de Lispector, *Água viva* expressa uma intensa reflexão sobre a linguagem, nas relações entre palavra e coisa, mostrando que a constituição do sujeito se dá pela/na linguagem. Linguagem esta que não dá conta da expressão. Assim, o indizível passa a ser a impossibilidade de a palavra dar conta da

experiência humana, ou seja, “aquele ponto da experiência que não encontra palavras” (LISBOA, 2008, p. 111).

Nessa procura pela expressão da coisa Lispector trabalha a linguagem em torno do indizível, “em busca dos espaços de silêncio e, aproximando-se do silêncio, o cerca com palavras para que ele possa ser percebido” (LISBOA, 2008, p. 111).

Há muita coisa a dizer que não sei como dizer. Faltam as palavras. Mas recuso-me a inventar novas: as que existem já devem dizer o que se consegue dizer e o que é proibido. E o que é proibido eu adivinho. Se houver força. Atrás do pensamento não há palavras: é-se (LISPECTOR, 1998, p. 29).

Verifica-se que a experiência subjetiva impossível passa a ser simbolizada, chamada pela psicanálise lacaniana de “real” – silêncio. “Este real que se manifesta como real da língua, articulado com o real da história, é o que a análise do discurso vai chamar de real do discurso, o silêncio” (LISBOA, 2008, p. 111).

Orlandi (2002) compreende dois tipos de silêncio: 1) o silêncio fundador – está nas palavras, significa o não-dito. Estar em silêncio também é estar no sentido e, as palavras também demonstram silêncio; 2) silenciamento que divide-se em silêncio constitutivo e silêncio local. O constitutivo indica que para dizer é preciso não-dizer, o silenciamento de produção de sentidos que leva a entender o não-dito; o silêncio local se refere à censura, ao que é proibido dizer em dada conjuntura. Nesta perspectiva, o sentido sempre se fará presente no silêncio, embora muitas vezes não seja produzido somente com a intenção do locutor, pois este sentido é histórico, simbólico e, principalmente, atravessado pela ideologia.

O silêncio remete ainda para a incompletude da linguagem, onde “todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer” (ORLANDI, 2002, p. 12). Para CL, as coisas/sentimentos/sensações/etc mais importantes não são ditas, ficam implícitas no silêncio, pois as palavras não são suficientes para expressar.

[...] nem tudo na experiência humana é passível de ser simbolizado. E, uma vez simbolizado, sofre, necessariamente, uma injunção a

interpretação. Embora a palavra não dê conta da experiência humana, ela cria, contudo, o mundo a sua volta de tal modo que a realidade se torna o que é dito [...] (LISBOA, 2008, p. 112).

A interpretação poderá ser diferente para cada interlocutor, pois este é dividido, ocupa posições diferentes e é interpelado diferentemente. Como o silêncio está articulado com a incompletude da linguagem, entende-se uma errância dos sentidos, o sujeito constrói a unidade e o sentido fixo e, por isso mesmo o equívoco, produzindo um lugar de muitos sentidos, de sentidos não apreensíveis. Assim, o silêncio na escritura de CL ressoa como uma pluralidade de sentidos pela memória do interlocutor o que não está no texto, o não-dito:

Então escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não palavra – a entrelinha – morde a isca, alguma coisa se escreveu. Uma vez que se pescou a entrelinha, poder-se-ia com alívio jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não palavra, ao morder a isca, incorporou-a (LISPECTOR, 1998, pp. 21-22).

O silêncio ocupa justamente o espaço da entrelinha, subjetivamente, sendo apreendido pelo interlocutor por meio dos sentidos que ressoam das palavras e do funcionamento da memória, que faz com que os discursos retornem. Isso ocorre porque o sujeito é assujeitado a um outro saber, a um já-dito. Esse discurso “já-dito”, ainda que fragmentado, compõe o sujeito, pois:

Todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras” (ORLANDI, 2002, p. 15), pois o sujeito é de-centrado, dividido pelo inconsciente e pela ideologia: “(...) divido-me milhares de vezes em tantas vezes quanto os instantes que decorrem, fragmentária que sou (...)” (LISPECTOR, 1998, p. 10).

Verifica-se que a literatura clariceana dialoga perfeitamente com a teoria discursiva exposta por Orlandi (2002), uma vez que a narradora se declara altamente fragmentária. Assim, o sujeito não é pleno, sempre terá algo que falta, que falha, que vai significar nele.

Neste movimento, há uma relação incerta entre mudança e permanência que se cruzam no silêncio, pois nem sujeito nem sentido são unívocos, fazendo com que a significação do silêncio também não o seja.

Dessa forma, o real da linguagem se fundamenta no silêncio, o qual atravessa as palavras e se faz presente entre elas, indicando que o sentido sempre pode ser outro ou: o mais importante não foi dito. Diante desses modos de existir do silêncio, Orlandi (2002) aponta para um princípio da significação: o silêncio fundante. “Quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas pelo silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam” (ORLANDI, 2002, p. 14). A comunicação, a expressão pode se dar, inclusive, no próprio silenciamento. O “não falar” também é uma forma de o sujeito se exprimir.

As palavras possuem inúmeros sentidos e muitos precisam ficar não-ditos para prevalecer dada significação. Clarice Lispector concebe a escritura de *Água viva* no entremeio que constitui a distância entre a experiência vivida e a sua expressão pela palavra. Sua escritura testa constantemente os limites da linguagem, buscando a impossibilidade de tudo dizer: “Ao escrever não posso fabricar como na pintura, quando fabrico artesanalmente uma cor” (LISPECTOR, 1998, p. 12). Na escritura as palavras já são dadas com seus inúmeros sentidos, bastando articulá-las para fazer sentido/silêncio, considerando que cada palavra denota sentidos próprios que podem ser modificados na medida do contexto em que se inserem. Diferentemente da pintura, em que é possível mesclar cores e criar novos tons, no texto não podem ser criadas palavras, daí a impossibilidade de expressão sentida pela narradora da obra: “Quero pôr em palavras, mas sem descrição a existência da gruta que faz algum tempo pinteí – e não sei como” (LISPECTOR, 1998, p. 16).

Nesta busca da impossibilidade de dizer, Clarice Lispector evidencia o silêncio:

Expresso a mim e a ti os meus desejos mais ocultos e consigo com as palavras uma orgiaca beleza confusa. Estremeço de prazer por entre a novidade de usar palavras que formam intenso matagal. Luto por

conquistar mais profundamente a minha liberdade de sensações e pensamentos, sem nenhum sentido utilitário: sou sozinha, eu e minha liberdade. É tamanha liberdade que pode escandalizar um primitivo mas sei que não te escandalizas com a plenitude que consigo e que é sem fronteiras perceptíveis (LISPECTOR, 1998, p. 23).

O silêncio passa a constituir o dito, indizível nas inúmeras palavras que formam um “matagal”. Esse silêncio expressa um indizível sem fronteiras para o interlocutor, pois ressoam sentidos. A memória, por sua vez, não é plena, pois conforme Pêcheux (1999, p. 56), “(...) é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.” A memória, assim, funciona na perspectiva de produção de novos sentidos a partir da escritura de Clarice Lispector, onde as palavras passam a ser ferramentas, signos, para expressar o silêncio:

E esta é uma festa de palavras. Escrevo em signos que são mais um gesto que voz (LISPECTOR, 1998, p. 24).

Ouve-me, ouve meu silêncio. O que falo nunca é o que falo e sim outra coisa (LISPECTOR, 1998, p. 30).

O silêncio demonstra, nesta escritura, que a linguagem é insuficiente para descrever as experiências humanas: “Tenho pensamentos que não posso traduzir em palavras (...) Mas para o meu melhor pensamento não são encontradas as palavras” (LISPECTOR, 1998, p. 81). Guimarães (2008, p. 40), lembra que, para significar, o silêncio não precisa ser referido, ele simplesmente significa e não fala: “O que mais me emociona é que o que não vejo contudo existe” (LISPECTOR, 1998, p. 31). A presença do silêncio, conforme Guimarães (2008), é significativa no contexto literário clariceano, além disso, conduz a narradora a um estado de emoção profunda.

Os muitos sentidos, o efeito do sentido literal e a (in) definição diante das diversas formações discursivas encontram no silêncio um ponto de sustentação. Por isso, todo discurso remete a outro, toda fala remete a outras palavras, por meio de outras palavras. É essa impossibilidade de dizer que gera o silêncio, concedendo a

constituição do interlocutor por meio da interpretação, e, esta pode ser diferente em cada um, pois a língua é falha e equívoca. Neste sentido, a narradora de *Água viva* alerta o leitor das múltiplas possibilidades de entendimento que sobressaem da “convulsão da linguagem”:

Este texto que te dou não é para ser visto de perto: ganha sua secreta redondez antes invisível quando é visto de um avião em alto voo. Então adivinha-se o jogo das ilhas e veem-se canais e mares. Entende-me: escrevo-te uma onomatopeia, convulsão da linguagem. Transmito-te não uma história, mas apenas palavras que vivem do som (LISPECTOR, 1998, p. 27).

Verifica-se na escritura de Clarice Lispector que a formulação dos sentidos é trabalho do interlocutor. O narrador não oferece pistas sobre a abordagem, deixando que as palavras signifiquem o que devem significar a partir do funcionamento ideológico, do simbólico, da história e do imaginário do sujeito-leitor.

Pêcheux (2002) aborda a relação que concebe o discurso como o lugar de contato entre língua e ideologia, como esta funciona pela não transparência da linguagem, ou seja, pela materialidade linguística. A materialidade da língua não abarca o todo, pois se constitui da materialidade histórica, restando o real, o silêncio, marcando a distância entre o sujeito e o mundo.

Eu te digo: estou tentando captar a quarta dimensão do instante-já que de tão fugidio não é mais porque agora tornou-se um novo instante-já que também não é mais. Cada coisa tem um instante em que ela é. Quero apossar-me do é da coisa (LISPECTOR, 1998, p. 9).

Na perspectiva de que o sujeito se constitui na e pela linguagem, a partir de sentidos que já lhe são dados e determinados historicamente (o já-dito), ele é, conforme a Psicanálise, atravessado pelo simbólico. Por isso, nem tudo ao sujeito é possível dizer. A língua sempre é uma materialidade simbólica e é a história que significa aos sujeitos.

Assim, a interpelação ideológica constitui o sujeito e o sentido para este sujeito, por isso sofre duas interpelações: uma da ordem do inconsciente e outra de ordem ideológica, sendo que as duas são inacessíveis a ele. “A ideologia não funciona como um mecanismo fechado (e sem falhas) nem a língua como um sistema homogêneo” (ORLANDI, 2002, p. 19), dessa forma, a ideologia, assim como a língua, se constituem de fragmentos advindos de discursos “já-ditos”. Por isso, a ideologia, a partir da materialidade da língua com a materialidade da história, interfere na produção de sentidos, expostos no discurso. E, para entrar no campo do simbólico o sujeito precisa da ilusão de que é fonte do seu dizer:

É tão curioso ter substituído as tintas por essa coisa estranha que é a palavra. Palavras – movo-me com cuidado entre elas que podem se tornar ameaçadoras; posso ter a liberdade de escrever o seguinte: “peregrinos, mercadores e pastores guiavam suas caravanas rumo ao Tibet e os caminhos eram difíceis e primitivos”. Com esta frase fiz uma cena nascer, como num *flash* fotográfico (LISPECTOR, 1998, p. 23).

Estas minhas frases balbuciadas são feitas na hora mesma em que estão sendo escritas e crepitam de tão novas e ainda verdes. Elas são o já (LISPECTOR, 1998, p. 27).

Observa-se o quanto a narradora de *Água viva* está segura e convicta de que ela é a fonte do dizer, embora saiba que as palavras possuem diversos sentidos, o que pode afetar sua intenção.

No entanto, essa sensação de ser a fonte do dizer é passageira, pois para ser sujeito implica o assujeitamento (filiação a uma dada formação discursiva) e ser falho (cindido pelo simbólico), originando assim o real. Nisso, a narradora reconhece que é interpelada por ideologias, cindida pelo simbólico e atravessada pela história:

Embora este meu texto seja todo atravessado de ponta a ponta por um frágil fio condutor – qual? o do mergulho na matéria da palavras? o da paixão? Fio luxurioso, sopro que aquece o decorrer das sílabas (LISPECTOR, 1998, p. 27).

Observa-se que a escritura de CL remete o leitor para o real do discurso, para o silêncio, para o indizível, pois já não há palavras suficientes para expressar, lançando o interlocutor para fora do campo simbólico, fazendo-o perder a ilusão do já-dito e sentir-se fonte do dizer.

Ao longo da abordagem teórica, tendo como objeto de estudo a obra literária clariceana, *Água viva*, constatou-se tênue linha entre teoria e literatura, uma vez que a narradora encontra-se constantemente a refletir enquanto sujeito que encontra-se assujeitada, como mulher fragmentada e, principalmente, sobre a necessidade que sente em expressar-se, mas acaba silenciada, pois as palavras não dão conta de tudo, dando ao silêncio a carga semântica de significação. Nesta busca, a não nominada narradora, anseia a essência, ainda que reconheça ser resultado de outros já-ditos:

Eu que quero a coisa primeira porque é fonte de geração – eu que ambiciono beber água na nascente da fonte – eu que sou tudo isso, devo por sina e trágico destino só conhecer e experimentar os ecos de mim, porque não capto o mim propriamente dito (LISPECTOR, 1998, p. 17).

A AD trabalha com a noção do sujeito descentrado “pelas identificações da ordem do inconsciente que o determinam, como pela interpelação ideológica que sofre” (LISBOA, 2008, p. 116). Nesse sentido, verifica-se intenso diálogo entre especificidades da Análise do Discurso e a própria conduta psicológica da narradora de *Água viva*: “Minha essência é inconsciente de si própria e é por isso que cegamente me obedeço” (LISPECTOR, 1998, p. 29).

Estas determinações são responsáveis pela heterogeneidade do sujeito que, atravessado pelo dizer do outro/Outro, entra na ordem do simbólico por meio dos sentidos. O sentido se produz na relação dos sujeitos e dos sentidos inscritos no jogo das múltiplas formações discursivas

Ouve apenas superficialmente o que te digo e da falta de sentido nascerá um sentido como de mim nasce inexplicavelmente vida alta e leve. A densa selva de palavras envolve espessamente o que sinto e vivo, e transforma tudo o que sou em alguma coisa minha que fica fora de mim (LISPECTOR, 1998, p. 25).

Constata-se que aí se situa o silêncio, a partir do equívoco, do sem-sentido, do sentido “outro” e da filiação a um sentido unívoco, tendo o imaginário como necessário. No entanto, Orlandi (2002) lembra que os processos discursivos se desenvolvem sobre a base estrutural da língua e não apenas como expressão de um único pensamento. Por isso, os discursos não podem ser entendidos como fala, pois são determinados pelas formações ideológicas e pelas formações discursivas bem como pela autonomia relativa da língua. Dessa forma, o silêncio fundador caracteriza o não-dito, que por sua vez é história e, em função de sua relação do sentido com o imaginário relaciona-se com a língua e com a ideologia.

É no espaço do silêncio que o sujeito se move entre as formações discursivas, rompendo e se filiando. Este espaço é caracterizado pela experiência e pela relação com os outros e o mundo e é impossível de ser simbolizado.

Portanto, é no espaço exato da articulação entre o inconsciente e a ideologia. É a partir dali que irá se constituir o sujeito, enquanto sujeito, ao entrar no simbólico, ao mesmo tempo em que é ideologicamente assujeitado, mas também atravessado pelas determinações de ordem inconsciente (LISBOA, 2008, p. 119).

A mesma autora entende que o dizer é ideológico, neste sentido, CL por meio de sua escritura critica a ideologia, confrontando o sujeito com os espaços de subjetividade que estão fora da ordem do simbólico, mas a linguagem possibilita que sejam trilhados: “Não quero ter a terrível limitação de quem vive apenas do que é passível de fazer sentido. Eu não: quero é uma verdade inventada” (LISPECTOR, 1998, p. 22). Pois, como reafirma Orlandi (2002), as palavras já têm sentidos, contudo estes nunca estão já lá, podem ir e vir movendo-se e deslocando-se em outros sentidos.

Embora o silêncio e as palavras sejam modos diferentes entre si de produção de sentidos, promovem ao mesmo tempo, no sujeito, a significação com o mundo, com as coisas e com as pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lançou-se o desafio em aplicar e articular a teoria da Análise de Discurso em um texto literário. Os resultados obtidos nas análises demonstram o quanto uma disciplina (Linguística e Literatura) pode somar a outra, intensificando as reflexões e possibilitando um olhar mais profundo e significativo.

Amparando-se na AD e tendo como base trechos da obra *Água Viva*, de Clarice Lispector, foi possível estabelecer uma relação significativa entre a teoria linguística e a literatura abordada, concebendo o sujeito assujeitado pela linguagem, o qual, na figura da narradora, está em constante reflexão sobre as palavras, reclamando que as mesmas não são suficientes para sua expressão, instaurando assim o silêncio, constitutivo do real do discurso.

É justamente este silêncio que promove o dizer no indizível do texto clariciano, demonstrando assim que os sentidos sempre podem ser outros, tendo em vista que, na perspectiva da AD, o sujeito é de-centrado, clivado e cindido pelo simbólico, pela história e pela ideologia. Assim como se inscreveu a narradora diante da incapacidade de se expressar por meio da linguagem.

Vale destacar que para a AD, não se trata do mundo materializado em si, mas do mundo que se constitui pela linguagem simbólica e pela história. Assim, o sujeito se significa mobilizando determinadas memórias articuladas a ideologias.

Dessa forma, abordar o silêncio na relação entre o dizível e o indizível torna-se um desafio na opacidade de seus efeitos entre o dizer e o não-dizer. As considerações finais deste tímido estudo demonstram que o dito indizível no silêncio de *Água Viva* produz sentidos; revela uma narradora que se reconhece como um sujeito fragmentado, que não é dono do dizer e que, incansavelmente reflete sobre a impossibilidade da expressão por meio da linguagem.

É evidente que as possibilidades de análise não se esgotam nestas poucas páginas, tendo em vista a amplitude e a profundidade da obra de Clarice Lispector. O que se buscou, foi propor uma “aplicação” da AD na escritura clariceana, sendo que esta

implica silêncio; um silêncio não-dito e que não pode ser entendido como nada, pois é silêncio significante; um silêncio que não pode ser concebido como complemento da linguagem por ter essa significância própria, garantindo o movimento dos sentidos.

É pelo silêncio que o sujeito se contradiz na sua relação unívoca com o múltiplo, se reduplicando e se deslocando, permitindo assim a constatação de que um discurso sempre remete a outro discurso, possibilitando assim a realidade significativa.

Diante da impossibilidade de a linguagem dar conta da expressão humana e, considerando-se as identidades de pintora x escritora, a personagem/narradora ingressa no mundo pictórico em busca de uma nova forma de dizer o que não pode ser dito através da escrita: o indizível. Mas isto é tema para outro estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUIMARÃES, Eduardo (Org.) **História e sentido na linguagem**, incluindo texto de Michel Bréal. 2 ed. Campinas: Editora RG, 2008.

LISBOA, Noeli. **Nos liames entre o ser e o sujeito: a escritura de Clarice Lispector**. In: MITTMANN, Solange, GREGOLETTO, Evandra, CAZARIN, Ercília (orgs.) *Práticas Discursivas e Identitárias: Sujeito e Língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

LISPECTOR, Clarice. **Água viva**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

PÊCHEUX, M. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

Recebido em: 09/04/2018

Aprovado em: 15/01/2021